



CIDADANIA NO BRASIL E O ESTADO BRASILEIRO



CONCEITO DE CIDADANIA

Surgido na Grécia antiga por volta do século VIII a.C, o conceito de cidadania sofreu modificações ao longo do tempo. Originalmente restrito aos homens adultos, livres e nativos da cidade-estado (na Grécia antiga existiam várias cidades-estados), a ideia de cidadania implicava **participação política, direitos assegurados e igualdade entre os cidadãos**. Em suma, a ideia de cidadania estava atrelada ao direito de participar da política de uma cidade ou país.

A civilização romana manteve a ideia de cidadania como na Grécia, mas durante os seus últimos anos fez alguns recuos que acabaram degenerando na ideia dos cidadãos como súditos do império, o que preparou o caminho para a idade média e a divisão hierárquica da sociedade.

Foi somente após a Revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789), que o conceito de cidadania foi restaurado e aplicado numa unidade política autônoma, embora de forma limitada pois o conceito de propriedade privada chocava-se com o de liberdade, vide a existência da escravidão que sempre foi um tema de debate entre os burgueses liberais do período.

A noção de uma cidadania ampla e irrestrita só aparece no século XX, após a Segunda Guerra Mundial, com a Declaração dos Direitos Humanos (1948). Interessante notar que, ao passo que na Revolução Francesa falava-se numa declaração de **direitos do homem e do cidadão**, agora os direitos incluem o todo da humanidade independente de pertencerem a uma nação específica.



CIDADANIA NO BRASIL

Desde o princípio da colonização portuguesa no Brasil, o sistema de representação política era profundamente elitizado. O sistema de Capitânicas Hereditárias fazia com que as decisões locais ficassem a cargo daqueles que detinham a propriedade da terra.

Para facilitar a administração colonial, a Coroa portuguesa permitiu a criação de câmaras municipais nas vilas e cidades que foram fundadas. Contudo, a participação nelas ficava restrita aos chamados **homens bons**, que eram brancos, latifundiários e escravocratas, o que fatalmente concentrou o poder político e, por consequência, a cidadania, dentro desse grupo.



Após a independência política, o Império do Brasil na sua Constituição de 1824, continuou restringindo a participação política ao estabelecer o voto censitário, que limitava o exercício do voto aos súditos do império que comprovassem determinada renda, e que não fossem mulheres e nem escravos.

A REPÚBLICA NÃO GARANTIU A CIDADANIA

Apesar de isso não diferenciar essencialmente o Brasil Império da Grécia Antiga, essa ideia de cidadania limitada é muito distante do que compreendemos hoje por cidadania. Porém, mesmo após a Proclamação da República, em 1889, a participação política continuou limitada, apesar de alguns tímidos avanços, como a ideia de que os militares poderiam e deveriam participar da vida política do país (**soldado cidadão**).

No entanto, esse desejo dos militares em participar da política nacional acabou por redundar negativamente na série de golpes e ditaduras militares que marcaram a vida política brasileira desde os princípios da república, que já nasceu sob o signo desse autoritarismo militar, o que levou esse período inicial a ser conhecido como **República da Espada** (1889-1894).



AS OLIGARQUIAS COMANDAVAM

Posteriormente, quando os militares cedem lugar às oligarquias estaduais no poder, a questão da cidadania não melhora. Apesar do direito ao voto ter se ampliado, ao incluir todos os homens de 21 anos que fossem alfabetizados, mas que não fossem nem religiosos e nem militares, no fundo isto não representou um ganho na cidadania devido à maneira como eram realizadas as eleições.

As oligarquias brasileiras fraudavam e influenciavam o sistema eleitoral através de vários mecanismos, como o **clientelismo**, **voto de cabresto** e o **compadrio**, para que a maioria da população em cada localidade votasse nos candidatos de preferência das elites locais, conhecidos como no interior do Brasil.



Esse tipo de relação ainda sobrevive em regiões de periferia, embora de forma levemente diferenciada, nas áreas de domínio do tráfico de drogas e de milicianos, no caso do Rio de Janeiro. O poder paralelo local obriga a população a votar nos candidatos de sua preferência, o que acaba por alimentar o sistema de corrupção no país, pois os políticos no poder acabam por favorecer esse poder paralelo.

A QUESTÃO DO POPULISMO

O populismo foi uma maneira de conduzir a política no Brasil, típica do período pós-Segunda Guerra Mundial e imediatamente anterior à Ditadura Militar (1964-1985). Ele caracterizava-se por **líderes carismáticos, com forte apelo popular, paternalistas, nacionalistas, e que se equilibravam entre as demandas das elites e das classes populares.**

Existia um populismo tanto à direita quanto à esquerda do espectro político, como é o caso no Brasil até os dias atuais. Por outro lado, o populismo insere-se na **forte personalidade** que caracterizava a cultura brasileira em particular, e latino-americana em geral.



O problema em relação à cidadania é que o populismo impede a formação de um verdadeiro espírito público, tão necessário a todas as nações burocráticas, como bem observou o sociólogo alemão Max Weber.

Após a fase populista, o Estado brasileiro atravessou o período da ditadura militar (1964-1985) que promoveu a repressão política aos movimentos sociais e populares do país, incluindo o movimento negro. Longe dessa repressão representar uma novidade na História brasileira, que é marcada pela violência, a mesma foi não obstante, institucionalizada pelos militares.



ENFIM, DEMOCRACIA ...

A cidadania só se consolida no Brasil após a promulgação da Constituição de 88, que não por acaso é muitas vezes chamada de **Constituição Cidadã**. Nela estão estabelecidos vários direitos civis, sociais e políticos, que são tratados à exaustão, principalmente no artigo 5º.

EDITORA DE ARTE / O TEMPO

OS AVANÇOS DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

- Direito de greve
- Redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais
- Criação da defensoria pública
- Cobertura universal para a saúde que deu origem ao Sistema Único de Saúde (SUS)
- Eleição direta para presidente
- Voto universal a partir dos 16 anos (até 1988, o voto era apenas para maiores de 18 anos, desde que alfabetizados, o que excluía milhões de brasileiros, em especial os mais humildes, do jogo político)
- Garantia de um piso para o valor mínimo para um salário mínimo
- Fortalecimento do Ministério Público
- Criação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em substituição ao Tribunal Federal de Recursos

» O QUE AINDA PRECISA SER FEITO

- Reforma política
- Reforma previdenciária
- Regulamentação de quase um terço dos artigos

E mais, pela primeira vez buscou-se garantir e proteger os direitos das minorias, como **povos indígenas** e **quilombolas**. Por isso mesmo, as forças políticas antiprogressistas do Brasil costumam atacar a Constituição de 88. Não obstante, a falta de regulamentação em alguns pontos do texto constitucional é algo que realmente demanda discussão e possivelmente uma reforma.

ANOTAÇÕES
